



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Dittrich, Alexandre; Abib Damásio, José Antônio

O Sistema Ético Skinneriano e Conseqüências para a Prática dos Analistas do Comportamento

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 17, núm. 3, 2004, pp. 427-433

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817314>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Sistema Ético Skinneriano e Consequências para a Prática dos Analistas do Comportamento

Alexandre Dittrich^{1,2}

José Antônio Damásio Abib³

Universidade Federal de São Carlos

Resumo

Este artigo visa, a partir de uma análise crítica do sistema ético skinneriano, a apontar algumas das consequências para a prática dos analistas do comportamento. Utiliza-se como fonte privilegiada de argumentação o pensamento de Skinner e suas categorias conceituais. O texto delineia, inicialmente, a relação entre o sistema ético skinneriano e suas consequências, analisando, em seguida, os aspectos descritivo e prescritivo daquele sistema. Por fim, as considerações para o exercício profissional da análise do comportamento são abordadas. Destaca-se, enquanto agente político, e a necessidade de desenvolver práticas colaborativas para lidar com possíveis tensões entre o sistema ético do behaviorismo radical e os valores daqueles com quem o analista trabalha.

Palavras-chave: Behaviorismo radical; ética; seleção por consequências; análise do comportamento.

Skinner's Ethical System and Consequences for Behavior Analysts' Practice

Abstract

Starting with a critical analysis of Skinner's ethical system, this paper points to some consequences of the practice of behavior analysis. Skinner's writings and its conceptual categories are the main source of the argumentation. Initially, the paper draws an outline of the relation between Skinner's ethical system and selection by consequences model, proceeding, then, to the analysis of both the descriptive and prescriptive aspects of that system. Finally, the implications of these precedent considerations for the professional exercise of behavior analysis are discussed. The paper gives special attention to the role of the behavior analyst as a political agent, and to the need for developing collaborative practices in order to deal with possible tensions between the radical behaviorist ethical system and the values which the analyst works.

Keywords: Radical behaviorism; ethics; selection by consequences; behavior analysis.

A lógica do sistema ético skinneriano (Skinner, 1971) está intimamente ligada à do modelo de seleção do comportamento por consequências (Skinner, 1981/1984). De acordo com esse modelo, o comportamento humano só pode ser integralmente compreendido a partir da conjugação de variáveis atuantes em três diferentes níveis seletivos: filogenético (evolução das espécies), ontogenético (evolução de indivíduos particulares de uma espécie durante seu tempo de vida) e cultural (evolução das culturas). Isso inclui o comportamento ético, verbal e não-verbal.

adjetivo *positivos*, pois reforçados por recompensas de bens pessoais (Skinner, 1971). Isso é porque que, ainda que produzidos por recompensas, o reforçamento positivo para o comportamento de pessoas que não o próprio individuo, agindo eticamente, nesse caso, como agentes negativos em relação ao comportamento. As culturas são todas as consequências que contribuem para a sobrevivência das espécies. Tais práticas. O comportamento ético, verbal e não-verbal.

o sistema ético skinneriano, dado que: 1) bens pessoais não incluem apenas reforçadores primários, mas também secundários; 2) bens dos outros são produzidos apenas sob circunstâncias especiais de seleção do comportamento operante no segundo nível. No primeiro nível, o comportamento é selecionado se contribui para a sobrevivência da espécie à qual pertence o indivíduo que se comporta. As consequências imediatas desse tipo de comportamento (alimento, sexo, segurança) adquirem, para certas espécies, propriedades reforçadoras. A estas consequências denominamos reforçadores primários, ou incondicionados, que são os principais bens pessoais, derivando destes reforçadores todos os demais bens pessoais – i.e., os reforçadores secundários, ou condicionados. No segundo nível, um operante é selecionado se produz reforço. As consequências reforçadoras que selecionam operantes – i.e., os bens pessoais – são, em sua ampla maioria, mediadas pelas pessoas com quem convivemos. Para que tenhamos acesso a tais consequências, temos que produzir bens para estas pessoas (os bens dos outros). Daí a explicação para o comportamento em benefício alheio: trata-se de reforçamento recíproco. Nas culturas humanas, a produção de bens para outros surge quase sempre como um pré-requisito para a obtenção de bens pessoais – e o próprio fato de que produzimos bens para outros só se justifica nesta medida. Finalmente, no terceiro nível, uma prática cultural é selecionada se contribui para a sobrevivência da cultura que a mantém. A consequência de práticas desse tipo é a própria perpetuação da cultura e das práticas que a compõem.

Entretanto, há que se notar o seguinte: não é Skinner quem está, a partir de julgamentos pessoais, qualificando esses comportamentos e suas consequências como bons. Ele está, em princípio, tão-somente descrevendo contingências naturais e culturais de seleção do comportamento por consequências. É evidente, no entanto, que essa descrição é realizada a partir de uma matriz teórica, e o conceito de descrição não alude, por conseguinte, a uma realidade “objetiva”. Skinner não está ordenando, pedindo ou exortando para que trabalhemos por nossa sobrevivência biológica, ou para que busquemos produzir consequências reforçadoras para nós mesmos ou

constitui uma simplificação conveniente para um sistema extremamente complexo. A evolução já é um processo de estabilidade caracterizada pela permanência de um bom. O próprio conceito de seleção só se justifica se houver uma referência constituída tanto por comportamentos bons quanto por comportamentos ruins – dado que, se todos os comportamentos bons fossem selecionados, todos seriam selecionados. Nesse caso, obviamente, a seleção perderia seu sentido. Além disso, um princípio de seleção baseado apenas em comportamentos bons não pode ser explicado pelos teóricos da evolução filogenética encontrados em outros níveis de organização. A seleção é, também, nos demais níveis seletivos: os organismos que se adaptam melhor à sua evolução, perseguem um “alvo móvel”; isto é, um alvo que muda com o tempo. A seleção é, portanto, hoje pode não ser o amanhã – e a própria memória é, em grande medida, determinada pelo contexto em que o organismo que o persegue (Lewontin, 1998).

O terceiro nível seletivo, porém, assume uma importância fundamental na filosofia moral skinneriana. Para entendermos a filosofia moral skinneriana, precisamos distinguir entre dois aspectos de sua teoria:

Sistema Ético Skinneriano: Aspectos Descriptivo e Prescritivo

Todos os detalhes da filosofia moral skinneriana que estudamos até o momento integram o que é chamado de seu aspecto *descriptivo*. Trata-se de descrições científicas da palavra: para Skinner (1971), a ciência do comportamento é também ciência dos valores, porque os valores estão nas contingências, valores são objetos de estudo da ciência. À parte tudo o que possamos pensar em termos de éticas, a evolução das espécies, dos indivíduos e das culturas é um fato empírico. Assim, o aspecto descriptivo da filosofia ético skinneriano aplica-se ao estudo científico das contingências seletivas que controlam o comportamento. A ciência das contingências seletivas possibilita elaborar uma ciência dos valores, porque seres humanos comportam-se éticamente, porque os seres humanos utilizam vocábulos de ordem moral, porque os seres humanos defendem/promovem certos valores. Skinner está, portanto, meramente descrevendo a contingência econômica, fenômenos naturais e culturais. No entanto, além desse aspecto descriptivo, a filosofia ético skinneriana apresenta também um aspecto *prescritivo*. Esse aspecto prescritivo é, portanto, a parte da filosofia ético skinneriana que

sendo descritivo – e, da mesma forma, está sendo descritivo quando diz que as pessoas trabalham para o bem dos outros desde que sejam reforçadas ao fazê-lo, ou quando diz que as práticas culturais que contribuem para a sobrevivência de uma cultura tendem a sobreviver junto com a cultura que as promove. Entretanto, dentre os três valores que descreve, Skinner elege um deles como o valor fundamental de sua filosofia moral: trata-se da sobrevivência das culturas (1953/1965, 1971). Para Skinner, todos os demais valores (bens pessoais e bens dos outros) devem estar subordinados a esse valor fundamental. Ora, quando Skinner elege tal valor, ele não está, certamente, realizando uma descrição: está, isto sim, emitindo o tipo de comportamento verbal que chama de mando – isto é, um comportamento que ordena, pede ou exorta (Skinner, 1957). Em outras palavras, Skinner está buscando modificar o comportamento de seus leitores numa direção que considera eticamente correta.

Pelo próprio fato de integrar o aspecto prescritivo da filosofia moral skinneriana, a sobrevivência das culturas não constitui um valor absoluto, “verdadeiro”. Ela pode ser questionada, e não exime os behavioristas radicais de tomar parte no debate ético. É preciso deixar claro – por uma questão lógica – que a sobrevivência das culturas, enquanto *valor* (isto é, enquanto mando), não é uma decorrência necessária nem do modelo de seleção por consequências, nem da ciência dos valores que se apóia neste modelo. É perfeitamente possível ser um behaviorista radical e adotar como valor fundamental, por exemplo, a riqueza, a felicidade ou o prazer. Todos os que se identificam com o behaviorismo radical podem, legitimamente, perguntar: devemos adotar a sobrevivência das culturas como o principal valor de nossa ética? Valerá a pena defender tal valor ou devemos, por outro lado, buscar uma nova ética que norteie nossa atuação? Supondo que escolhamos a sobrevivência das culturas como valor ético fundamental, ainda assim é preciso notar que nossa ética é apenas mais uma dentre tantas outras – e, como tal, também exige justificação e defesa.

Em alguns momentos, porém, Skinner parece querer eximir-se do debate ético, dando a entender que a sobrevivência das

não, quer gostemos ou não da
enquanto valor, ela continuará se
práticas culturais. Isso, porém, não
la, gostar dela ou adotá-la enquanto

Não obstante, a sobrevivência é legítimo: enriquece o debate ético promovido. Há boas razões para a sobrevivência prepara a cultura, a experimentação e a mudança. Essa cultura, em relação aos valores tradicionais, tem um valor plástico, que se adapta às circunstâncias. Por motivos, porque aponta não apenas para as reforçadoras, como ocorre com a cultura, mas também para sua relação com o que precede (Skinner, 1968/1972d).

bastante diverso do anterior – poderá mostrar-se mais eficiente. O grande diferencial da ética skinneriana encontra-se, exatamente, em sua maleabilidade; ela não oferece um conjunto imutável de regras, e não se baseia na autoridade. A ética skinneriana é uma *ética da experimentação*: abre as portas para a criatividade e a variabilidade. As “melhores” práticas culturais não existem. Podemos e devemos experimentar as mais diferentes práticas, revisando-as, modificando-as ou substituindo-as de acordo com seus possíveis efeitos sobre o fortalecimento das culturas – e aumentando, assim, a possibilidade de que boas práticas sejam selecionadas.

O Sistema Ético Skinneriano e a Prática dos Analistas do Comportamento

Se o sistema ético do behaviorismo radical apresenta sentenças prescritivas, isso significa que uma tecnologia do comportamento guiada por esta filosofia possui certos objetivos éticos – ou, em outras palavras, que o comportamento dos analistas do comportamento deveria ser reforçado por certas consequências específicas. Essas consequências traduzem-se no comportamento daqueles que são alvo da intervenção do analista: a tecnologia do comportamento só será eticamente boa se os comportamentos que produz (ou suprime) contribuírem para a sobrevivência da cultura à qual pertence o indivíduo que se comporta.

A filosofia moral de Skinner faz-se acompanhar de uma ambiciosa filosofia política – isto é, de um projeto de ação para a concretização de um ideal ético. Quer subscreva ou não às pretensões utópicas de Skinner, o analista do comportamento é, sem dúvida, um agente político, no sentido de que suas atividades profissionais possuem consequências éticas e políticas. Entretanto, é preciso considerar atentamente o fato de que as pessoas e grupos sobre os quais incide a tecnologia comportamental detêm éticas particulares, potencialmente opostas à ética skinneriana. Essas éticas, é claro, raramente apresentam-se na forma de filosofias. A ética de um indivíduo ou de uma comunidade revela-se em suas práticas e nas suas consequências. Dadas essas considerações, como deveria agir o analista do comportamento, enquanto profissional eticamente orientado, em sua interação com determinadas populações a fim de modificar operantes e

conhecimento é absolutamente indispensável a aplicação da tecnologia comportamental. O conhecimento que deve conjugar-se a esse é científico. A fim de utilizar-se desse conhecimento, é preciso lançar mão de duas estratégias. A primeira é o contato pessoalmente com a situação sobrevivente, “imerso” nas contingências que a compõem. Embora essa seja uma estratégia freqüente, seu uso não é facilmente suficiente. O cientista jamais adquirirá o mesmo grau de conhecimento que aqueles que convivem sob as contingências. A segunda alternativa aponta para a *colaboração* entre o analista e o cliente, que é a base desse conhecimento empírico e os analistas devem sempre estar dispostos a adotá-la.

Certamente, é uma tarefa complexa harmonizar a ética do comportamento com as de uma ética de intervenção comunitária. A necessidade de práticas colaborativas. Porém, essa é uma questão que não é de menor importância. O assunto é necessário, e já está em andamento (Jacobs, 1991; Jason & Crawford, 1991; Miller, 1991; Sheldon, 1991; Winett, 1991). A psicologia comportamental, tradicionalmente, preocupava-se com as reflexões instigantes sobre as relações entre os clientes e as instituições que apóiam e legitimam suas práticas (DeSouza, 1996, 1998; Freitas, 1998). A incerteza quanto à aplicabilidade da psicologia comunitária à análise aplicada ao comportamento, no entanto, aponta para a construção de relações colaborativas entre os profissionais, os objetivos, intervenções e resultados seja no campo da saúde mental, seja no campo da educação. As avaliações não apenas pelo analista, mas também pelo cliente, juntamente à qual atua (Fawcett, 1991). Trata-se de uma questão que, no sentido mais amplo, engloba as relações que envolvem negociação de valores e interesses. No sentido mais restrito, esse é um tipo de relação idealizada entre profissionais e clientes que, de fato, é improvável ocorrer. As perguntas fazem-se pertinentes:

Como, de fato, são decididas as prioridades entre os objetivos? Como se alcança consenso quando os representantes da comunidade discordam? Quando reconheçamos que, enquanto “experts”, os profissionais fornecem respostas, alguns de nós não acreditam que essas respostas sejam válidas? Por que as comunidades são sempre inerentemente sociedades de interesses contraditórios?

e empreender a tarefa a que se propõe de acordo com seus próprios valores. Esse padrão não é familiar em níveis mais amplos de controle cultural? Experimentemos substituir, naquela frase, *analista do comportamento* por *governantes* e *clientes* por *governados*: o que temos, então? Nesse nível de planejamento, Skinner afirma, repetidamente, que práticas culturais não podem ser impostas – pois, neste caso, não seriam as práticas certas (Skinner, 1986/1987a, 1987b).

Para fornecer outro exemplo desse padrão unilateral de decisão, podemos, ao invés de supor uma ampliação no número de clientes envolvidos, avaliar o tradicional exemplo da situação clínica, que envolve, usualmente, um único cliente. O que ocorreria se um terapeuta ignorasse as queixas e desejos de seu cliente, definindo isoladamente os objetivos da terapia? Em casos excepcionais, é possível imaginar que o cliente submeter-se-ia passivamente à intervenção do *expert*, porém, é mais plausível supor que haja algum tipo de reação – sobretudo se os objetivos do terapeuta contrapõem-se aos do cliente.

Em ambos os casos trata-se de apontar para a possibilidade de contracontrole – que também pode ser evitado através de práticas colaborativas (Holland, 1978; Wolf, 1978). Tais práticas podem favorecer a construção de relações equilibradas entre os analistas do comportamento e os sujeitos de sua intervenção. Não seria recomendável, por certo, romantizar uma entidade abstrata (o “povo”, ou as “classes populares”), atribuindo-lhe uma superioridade ética inerente pelo fato de ser oprimida ou explorada. De certa forma, todos sabem o que é “melhor” para si – no sentido de estarem em posição privilegiada para apontar o que lhes reforça o comportamento, ainda que nem sempre o façam acuradamente. Mas se as pessoas – indivíduos, comunidades ou povos – soubessem naturalmente qual é o caminho socialmente mais válido, a promoção de uma ética de sobrevivência cultural seria desnecessária. A análise do comportamento deve reconhecer e respeitar valores alheios – mas não precisa, em nome disso, abrir mão de promover seus próprios valores.

Por outro lado, conforme destacamos, os membros das comunidades nas quais intervém o analista do

É possível que o sistema ético não seja o melhor (o que, certamente, determinar), mas o fato é que as comunidades possuem um sistema ético. Se não é possível aplicar a tecnologia comportamental de maneira eficiente entre esse sistema e os “sistemas” culturais, é porque tanto difícil, afinal, harmonizá-los. O sistema ético é bastante genérico – a sobreposta de possibilidades de ação que as comunidades inseridas em ambientes culturais diferentes possuem. É mesmo possível que diversos sistemas éticos apresentem diferentes diagnósticos de que é socialmente mais válido diantes de determinadas situações. Embora isso possa causar alguma confusão, é importante saber conviver com a plasticidade das culturas enquanto valor básico:

Não temos razão para supor que a cultura em que nos encontramos esteja sempre certa ou errada ou que o valor de sobrevivência de uma cultura possa, a qualquer momento, ser superado por um valor de sobrevivência de outra cultura reconhecido, estaremos menos propensos a nos limitar a respostas fixas para escapar de situações difíceis (1965, p. 436).

Isso amplia as possibilidades de ação do analista do comportamento. Os valores secundários podem promover a sobrevivência de culturas, *subordinando-se* a elas – e, assim, representantes das comunidades podem promover valores. Denominamos valores secundários aqueles que, de acordo com Skinner, “não são essenciais para a sobrevivência das culturas” (1956/1972c, 1971), saúde (1955-1956), segurança (1956/1972c, 1971), proteção (1956/1972c, 1971), educação (1955-1956/1972c), experimentação (1955-1956/1972c), cooperação e apoio mútuo (1972), respeito ao ambiente (1971-1987b), entre outros.

pelas quais promover a sobrevivência das culturas – e como, mesmo nos domínios de certo valor secundário, nenhum curso de ação é certo *a priori* –, o analista encontra grande mobilidade na negociação de valores.

Os valores secundários da ética skinneriana podem integrar uma plataforma inicial de ação e reflexão para os planejadores culturais cuja ética oriente-se em função da sobrevivência das culturas. Entretanto, é preciso sublinhar, novamente, um ponto de vital importância: os valores secundários não devem ser perseguidos como fins em si mesmos; devem, pelo contrário, estar sempre a serviço de um valor fundamental – a sobrevivência das culturas. Todos os valores secundários envolvem a produção de bens pessoais ou bens dos outros – isto é, de reforçadores para nosso comportamento ou para o comportamento daqueles com quem convivemos. Porém, interessa fundamentalmente ao planejador cultural saber em que medida as práticas que traduzem tais valores contribuem para o fortalecimento da cultura em questão. Valores secundários devem estar continuamente sujeitos a revisão, modificação ou substituição de acordo com esse critério.

Há, certamente, um preço a pagar por sustentar um sistema ético cujo valor fundamental não se presta facilmente à aferição. Ao mesmo tempo em que permite mobilidade e experimentação, a sobrevivência das culturas produz também dúvida e indecisão, tanto para o analista do comportamento como para seus críticos. Graham (2002, p. 7), por exemplo, sumariza as objeções à “visão de Skinner da sociedade humana ideal.” A proposta de Skinner sobre “... qual é o melhor modo social de existência para um ser humano” é “... muito geral e incompleta.” Os valores secundários apontados por Skinner “... dificilmente são a base detalhada de um sistema social.” Skinner não oferece “... sugestões para como melhor resolver disputas sobre maneiras de viver alternativas que são prima facie consistentes com princípios behavioristas.” Além disso, “... dá pouca atenção, ou não considera seriamente, o problema geral crucial da resolução de conflitos interpessoais e o papel de arranjos institucionais em resolver conflitos.”

O erro, é claro, é esperar que Skinner forneça todas as respostas, quando ele mesmo reconhece que ninguém as têm prontas (Skinner, 1953/1965, 1974, 1977/1978b). A insistência sobre a descrição antecipada de detalhes explica-se, em parte,

disso, espera-se do analista que, como profissional, esteja apto a pronunciar-se também sobre questões que não lhe digam respeito diretamente, intervenção através da tecnologia do computador, dizer, por exemplo, sobre práticas como o aborto, a morte?; ou sobre os problemas relativos à poluição, ou sobre os freqüentes conflitos entre o homem e o Estado e as chamadas "liberdades individuais". Várias questões atualmente impostas no campo da ética, sobre tantas outras questões legais, éticas e políticas, no cotidiano das culturas? É pouco provável que os behavioristas radicais sobre tais temas, que envolvam dilemas éticos e políticos, definido, coeso, unificado. Cabe, por outro lado, essa unificação o que desejamos – em detrimento da natureza inerente ao debate ético e da ampla gama de opiniões que se abre a uma prática norteada pela sobrevivência.

Talvez a principal “deficiência” do sistema – isto é, sua generalidade, sua plasticidade, seu trunfo. A variabilidade, é claro, não deve ser considerada em si mesma. Seu valor está em aumentar a seleção de práticas que contribuam para as culturas – mas este papel seletivo cabe às circunstâncias, cuja configuração podemos apenas tentar analisar, do possível, influenciar. No presente, cabe-nos operantes que, de acordo com nosso mais cuidadoso julgamento, possuam amplas possibilidades de contribuir para o que almejamos.

Conclusão

O sistema ético skinneriano é composto dos valores e por uma filosofia moral. Apoiado na seleção por consequências, esse sistema apresenta descrições, ou tactos – através das quais as regras seletivas que controlam o comportamento são sentenças prescritivas, ou mandos – através das quais o sistema promove a sobrevivência das culturas enquanto fundamental. Por ser inspirada – mas não justificada

exigências éticas àquelas das comunidades com as quais interage, através de práticas colaborativas. Os valores secundários – apontados no texto skinneriano por sua suposta capacidade de contribuir para a sobrevivência das culturas – podem ser utilizados para nortear a consecução desse objetivo, pois coadunam-se com valores freqüentemente defendidos por tais comunidades. Mesmo a especificação dos valores secundários, porém, não exime o sistema ético skinneriano de certa generalidade, pois há diversas formas plausíveis de traduzir estes valores em práticas que contribuam para a sobrevivência das culturas. Essa mesma característica, porém, confere flexibilidade ao processo de harmonização entre os valores do analista e os valores daqueles sobre os quais incide sua intervenção.

O discurso ético dos analistas do comportamento exibe, provavelmente, estas mesmas qualidades: generalidade e flexibilidade. Ainda que a segunda característica confira a esse discurso uma desejável variabilidade, a primeira cria dificuldades para que os analistas do comportamento apresentem um mínimo de coesão ética diante de temas específicos. Essa coesão poderia, contudo, potencializar a união de esforços em torno de objetivos éticos comuns e a mobilização política em prol destes objetivos.

Referências

Desouza, E. (1996). Psicologia comunitária nos Estados Unidos e na América Latina: Implicações para o Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 5-19.

Desouza, E. (1998). Comportamento humano numa vila global: Uma perspectiva pós-moderna (construtiva) sobre psicologia comunitária do Terceiro Mundo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 147-160.

Fawcett, S. B. (1991). Some values guiding community research and action. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24, 621-636.

Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: Reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 175-189.

Graham, G. (2002). Behaviorism. Stanford Encyclopedia of Philosophy. Retirado em fevereiro, 2003, do *Stanford Encyclopedia of Philosophy* World Wide Web site: <http://plato.stanford.edu/entries/behaviorism>

Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174.

Jacobs, H. E. (1991). Ya shoulda, oughta, wanna, or, laws of behavior and behavioral community research. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24, 641-644.

Jason, J. A. & Crawford, J. (1991). Toward a kinder, gentler, and more effective

Lewontin, R. (2002). *A tripla bélice: Gene, organismo e ambiente*. São Paulo: Companhia das Letras. (Org.)

Miller, L. K. (1991). Avoiding the counterproductive. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24, 655-660.

Sherman, J. A. & Sheldon, J. B. (1991). Values and behavior: Do we agree where they guide us? *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 655-660.

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. (Original publicado em 1953)

Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1972a). The control of human behavior. (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 1-14). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1955-1960)

Skinner, B. F. (1972b). Freedom and the control of behavior. (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 15-28). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1955-1960)

Skinner, B. F. (1972c). Some issues concerning behavior. (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 29-42). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1955-1960)

Skinner, B. F. (1972d). The design of experiments. (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 43-56). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1955-1960)

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1978a). Freedom and dignity. (Org.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 1-14). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1972)

Skinner, B. F. (1978b). Human behavior analysis. (Org.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 15-28). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1977)

Skinner, B. F. (1984). Selection by consequences. (Org.), *Canonical papers of B. F. Skinner*, 7, 473-724. (Original publicado em 1984)

Skinner, B. F. (1987a). What is wrong with behaviorism? (Org.), *Upon further reflection* (pp. 1-14). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1986)

Skinner, B. F. (1987b). Why we are not active behaviorists. (Org.), *Upon further reflection* (pp. 1-14). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1986)

Winett, R. A. (1991). Caveats on values guidance. (Org.), *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24, 641-644.

Wolf, M. M. (1978). Social validity: The case for applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 203-214.